
arquivos analíticos de políticas educativas

Revista acadêmica, avaliada por pares,
independente, de acesso aberto, e multilíngue



Arizona State University

Volume 29 Número 129

4 de outubro de 2021

ISSN 1068-2341

Estratégias de Internacionalização Brasileiras: Algumas Lições do Ciência sem Fronteiras

Talita Guimarães da Silva



Tarcisio Torres Silva

Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Brasil

Citação: Silva, T. G., & Silva, T. T. (2021). Estratégias de internacionalização brasileiras: Algumas lições do Ciência sem Fronteiras. *Arquivos Analíticos de Políticas Educativas*, 29(129).

<https://doi.org/10.14507/epaa.29.6279>

Resumo: O presente artigo busca elencar as principais estratégias de internacionalização em voga atualmente e aquela desempenhada no Brasil por meio do programa Ciência sem Fronteiras (CsF). Através do levantamento bibliográfico e documental, investigamos as estratégias mais lucrativas e prestigiadas ao redor do mundo e como a iniciativa brasileira se configurou no cenário mundial. Observamos que nos moldes em que a internacionalização acontece hoje, o movimento favorece países ricos e do norte, garantindo poder econômico e político às principais universidades acolhedoras. No caso brasileiro, apesar de caro e pouco arquitetado com as principais demandas da pesquisa, o programa garantiu mobilidade estudantil e acesso ao ensino de línguas, possibilidades pouco promovidas ou mal desenvolvidas até então na história da educação superior brasileira.

Palavras-chave: internacionalização; Ciência sem Fronteiras; idiomas sem fronteiras; soft power

Brazilian internationalization strategies: Some lessons from “Science without Borders”

Abstract: This article seeks to list the main internationalization strategies currently trending and carried out in Brazil through the “Science without Borders” (SwB) program. Through bibliographic and documentary research, we investigate the most profitable and prestigious

strategies around the world and how the Brazilian initiative has been configured on the world stage. We observe that the current internationalization movement favors rich and northern countries, guaranteeing economic and political power to the prestigious welcoming universities. In the Brazilian case, despite being expensive and not well aligned with the main research demands, the program guaranteed student mobility and access to language teaching, possibilities that had been little promoted or poorly developed so far within Brazilian higher education.

Keywords: internationalization; Science without Borders; languages without borders; soft power

Estrategias de internacionalización brasileñas: Algunas lecciones de “Ciencia sin Fronteras”

Resumen: Este artículo busca enumerar las principales estrategias de internacionalización actualmente en boga y que se llevan a cabo en Brasil a través del programa “Ciencia sin Fronteras” (CsF). A través de la investigación bibliográfica y documental, investigamos las estrategias más rentables y prestigiosas del mundo y cómo la iniciativa brasileña se ha configurado en el escenario mundial. Observamos que en la forma en que se da hoy la internacionalización, el movimiento favorece a los países ricos y del norte, garantizando el poder económico y político a las principales universidades de acogida. En el caso brasileño, a pesar de ser costoso y no estar bien diseñado con las principales demandas de investigación, el programa garantizó la movilidad de los estudiantes y el acceso a la enseñanza de idiomas, posibilidades poco promovidas o poco desarrolladas hasta ahora en la historia de la educación superior brasileña.

Palabras-clave: internacionalización; Ciencia sin Fronteras; idiomas sin fronteras; poder suave

Estratégias de Internacionalização Brasileiras: Algumas Lições do *Ciência sem Fronteiras*

O programa *Ciência sem Fronteiras* (CsF) surgiu no contexto de internacionalização promovido nas últimas décadas e foi pensado para garantir o envio de alunos brasileiros às melhores universidades do mundo como estratégia para qualificar e melhorar a ciência brasileira (Brasil, 2016). Para entender a origem da internacionalização e os contornos que vem ganhando ao redor do mundo, fizemos um levantamento das principais estratégias em voga, o que dá origem ao texto que agora apresentamos.

A internacionalização da educação como prática de troca de conhecimento existe desde a era medieval (Laus, 2012). Nos moldes como conhecemos hoje, entretanto, é uma invenção pós-segunda guerra mundial, isso porque no contexto de reestruturação social e econômica e de expansão da globalização, os países passaram a se organizar em grupos de cooperação internacional como estratégia para lidar com a competitividade mundial.

No âmbito educacional, como consequência do fortalecimento de políticas de cooperação, os serviços educacionais passaram a ser entendidos como *commodities* (De Wit, 2011), ou seja, uma outra fonte de receita para os Estados. Com múltiplas possibilidades de serviços a oferecer, como a mobilidade de pessoas (alunos, professores e pesquisadores), parcerias e projetos internacionais ou a oferta de cursos no exterior, a educação superior passou a ser uma interessante “moeda de troca” nos acordos de cooperação mundiais, o que desencadeou o processo a que damos o nome de internacionalização da educação superior. O fenômeno consiste na cooperação entre países para a comercialização e desenvolvimento da educação superior e de suas pesquisas científicas por meio de estratégias transfronteiriças (Silva, 2018).

Nesse contexto, a internacionalização da educação superior, de maneira geral, acontece por quatro motivações distintas: política, econômica, social/cultural e acadêmica (Knight, 2008). A dimensão política emerge dos acordos, alianças e blocos criados ao redor do mundo para lidar com a competitividade global, que, entre outros interesses, buscam a manutenção de laços diplomáticos, além do domínio científico e tecnológico. A dimensão econômica se funda na capacidade da internacionalização de gerar receita por meio dos serviços educacionais. A dimensão social/cultural entende a internacionalização como um processo necessário para a conquista da equidade social do mundo e de compreensão mútua entre as nações e culturas. Por último, mas não menos importante, existem as motivações acadêmicas que se fundam na perspectiva de ampliação das pesquisas e do conhecimento produzido.

Especificamente no que diz respeito à dimensão política, a estratégia possibilita que um país divulgue seus princípios e valores ao restante do mundo por meio dos intercâmbios de informações e de pessoas. Esta estratégia é uma das mais valiosas e lucrativas dentre as motivações que mencionamos, isso porque, de acordo com a perspectiva de Nye (2004), esta estratégia se constitui como um recurso de manutenção do poder de uma nação. De acordo com Nye (2004) o conceito de *soft power*¹, como o autor denomina, consiste no conjunto de valores, princípios e ideais que perpassam políticas, instituições, produções culturais e que resulta em mecanismos de controle e influência, e portanto, de poder. Diferente do poder alcançado pela ação militar, por exemplo, que é coercitiva, o *soft power* de um país constitui-se pela habilidade de conseguir o que se quer por meio da atração ao invés da coerção (Nye, 2004). Assim, o autor descreve a magnitude do *soft power*:

Um país pode obter os resultados desejados na política mundial, por meio de outros países — que admirando seus valores, imitando seu exemplo, aspirando ao seu nível de prosperidade e abertura — querem segui-lo. Nesse sentido, também é importante definir a agenda e atrair os outros na política mundial, e não apenas forçá-los a mudar ameaçando com força militar ou com sanções econômicas. O *soft power* — fazer com que os outros desejem os resultados que você deseja — agrega as pessoas em vez de coagi-las.² (Nye, 2004, p. 5)

O conceito fica ainda mais importante diante do poder das tecnologias de informação com que convivemos agora. Frente à rapidez com que as informações se espalham e as tecnologias evoluem, conquistar admiração de outros países e ser tido como referência no desenvolvimento de tecnologias é preponderante na competitividade global. Além do aumento de poder, a admiração do restante do mundo acarreta em receber os melhores alunos para seus programas, desenvolver projetos locais com mão de obra especializada e ampliar a sua influência política e cultural por meio dos alunos em intercâmbio (Chaves & Castro, 2016; Nye, 2004). Além de promover a noção hegemônica que associa a internacionalização com os países centrais (LEAL, 2020).

Na mesma direção, existe a motivação econômica para a internacionalização. Regulamentada pela Organização Mundial do Comércio (OMC), a educação “está inserida como um dos setores de

¹ Alguns pesquisadores traduzem o conceito como “poder brando”, na nossa pesquisa, no entanto, manteremos o termo em inglês por acreditarmos que a tradução não compreende o sentido original, uma vez que *soft*, na perspectiva de Nye, remete à capacidade de atrair e seduzir e angariar poder.

² “A country may obtain the outcomes it wants in world politics because other countries—admiring its values, emulating its example, aspiring to its level of prosperity and openness—want to follow it. In this sense, it is also important to set the agenda and attract others in world politics, and not only to force them to change by threatening military force or economic sanctions. This soft power—getting others to want the outcomes that you want—co-opts people rather than coerces them.” (tradução nossa)

serviços negociáveis dentro do Acordo Geral sobre Comércio de Serviços (GATS³)” (Ribeiro, 2006, p. 137). Em outras palavras, a regulamentação de serviços da OMC possibilita que os serviços sejam negociados sob o domínio do mercado e suas leis regulatórias. Razão pela qual, inclusive, muitos países têm investido maciçamente em internacionalização (Altbach & Knight, 2007; De Wit, 2011) em busca dos lucros trazidos por esse mercado. Para Borges e Garcia-Filice (2016), a internacionalização e a economia estão intrinsecamente ligadas. Citando Afonso (2015), as autoras ressaltam a configuração da economia do conhecimento que circunda a internacionalização: o lado mais pragmático e lucrativo da aprendizagem ao longo da vida e da sociedade do conhecimento, ou seja, é o contexto onde atualmente se expressa a relação mais evidente entre a produção de conhecimento e os novos processos de acumulação capitalista. (Borges & Garcia-Filice, p. 76)

Paralelamente, existe a preocupação social/cultural trazida por organismos multilaterais como a UNESCO. No documento resultante da Conferência Mundial sobre a Educação superior para o século XXI, que aconteceu em 1998 em Paris, foram elencados os desafios e as metas da educação superior para atender às demandas da sociedade global. Segundo o texto, a educação superior tem papel essencial na formação cultural e socioeconômica dos indivíduos inseridos na sociedade do conhecimento (UNESCO, 1998). Entendendo a educação como um dos pilares do desenvolvimento global e a cooperação internacional como um dos principais caminhos, o documento traz as seguintes descrições:

- a) O princípio de solidariedade e de uma autêntica parceria entre instituições de educação superior em todo o mundo é crucial para que a educação e a formação em todos os âmbitos motivem uma compreensão melhor de questões globais (...). O domínio de múltiplos idiomas, os programas de intercâmbio de docentes e estudantes, e o estabelecimento de vínculos institucionais para promover a cooperação intelectual e científica devem ser parte integrante de todos os sistemas de educação superior.
- b) Os princípios de cooperação internacional com base na solidariedade, no reconhecimento e apoio mútuo, na autêntica parceria que resulte, de modo equitativo, em benefício mútuo, e a importância de compartilhar conhecimentos teóricos e práticos em nível internacional devem guiar as relações entre instituições de educação superior em países desenvolvidos, em países em desenvolvimento, e devem beneficiar particularmente os países menos desenvolvidos (UNESCO, 1998, Art. 15).

Desta dimensão resultam programas como o europeu ERASMUS, que possibilita intercâmbio entre as universidades europeias, o que favorece a integração entre os países e possibilita um maior contato entre as múltiplas culturas existentes no continente. O americano *Fulbright Program for Foreign Students* que dá bolsas de estudos para alunos estrangeiros estudarem nos Estados Unidos. O asiático *Asia University America Program*⁴ (AUAP), que incluiu em seu currículo um semestre de estudos em universidades americanas visando uma formação mais global de seus alunos. E o africano *Mandela Institute for Development Studies*⁵ (MINDS), que busca integrar e desenvolver o continente

³ Do inglês: General Agreement on Trade in Services.

⁴ Programa americano da Universidade da Ásia. Tradução nossa.

⁵ Instituto Mandela de Estudos de Desenvolvimento. Tradução nossa.

africano, estimulando o diálogo e cooperação entre os países do continente. Esses são apenas alguns exemplos de programas que sensibilizam para a compreensão da multiculturalidade das nações.

Por fim, a motivação acadêmica tem estreitos laços com a motivação política e econômica, uma vez que o domínio da produção de conhecimento é relevante tanto nas relações de poder (Nye, 2004) quanto na esfera financeira (Borges & Garcia-Filice, 2016). Por isso, a motivação acadêmica se constitui pela busca da qualificação das universidades, de seus pesquisadores e alunos por meio da troca de conhecimento, parcerias e intercâmbios. Essa busca pela qualificação do ensino, da pesquisa e dos serviços prestados, desencadeia uma arquitetura de estratégias e relacionamentos internacionais de maneira a alcançar pesquisas e parcerias relevantes às universidades e aos currículos oferecidos.

Na prática, entretanto, o poder político (prestígio acadêmico e/ou social) e econômico - que em geral estão associados - definem os contornos atuais das práticas educacionais transfronteiriças. Em outras palavras, são os países com grande poderio político-econômico, países ricos, ocidentais e do norte, que controlam a economia global do conhecimento.

Países como Reino Unido, Canadá e Estados Unidos gozam de altas receitas provenientes das taxas, impostos e das despesas durante a estadia de alunos internacionais. A título de exemplo, segundo o departamento de comércio dos Estados Unidos, o país arrecadou U\$45 bilhões em 2018 apenas com estudantes internacionais (Iie, 2019). Na estratégia brasileira não foi diferente, a imensa maioria de alunos participantes do CsF foi enviada para os países supracitados. Vale ressaltar, entretanto, que o CsF privilegiou a graduação, a mobilidade estudantil e o ensino de língua estrangeira em detrimento de outras estratégias possíveis, o que pode ser visto como um ganho para a comunidade discente brasileira (principalmente de graduação). Além de ter colocado o Brasil no “mapa”⁶ da internacionalização da educação superior (SINTER/UFSC, 2015).

O programa enviou 104⁷ mil estudantes com um custo de R\$13 bilhões entre os anos 2011 e 2016. Desses 13 bilhões, aproximadamente R\$1 bilhão foi investido no ensino de língua estrangeira. O programa representou um marco na internacionalização da educação brasileira pelo tamanho e investimento (Knobel, 2020), mas trouxe à tona falhas na formação em língua estrangeira dos alunos (Silva, 2018) e a falta de articulação com os órgãos de pesquisa e pesquisadores brasileiros, o que dificulta a avaliação dos resultados alcançados.

As Estratégias de Internacionalização Brasileiras

No Brasil, a internacionalização começa a existir com a políticas de reestruturação social e econômica desenvolvidas após a Segunda Guerra Mundial. A inserção do país no cenário internacional se dá, primeiro, pelo financiamento de pesquisa por órgãos como a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), ambas criadas em 1951, e a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) criada em 1960.

As estratégias de internacionalização são vastas, incluem cooperação internacional em projetos, pesquisas e formação acadêmica, produção e difusão de conhecimento, além de mobilidade de pessoas. No Brasil, entretanto, a mobilidade docente e discente foi priorizada na maioria das ações até hoje existentes.

⁶ Ainda que a pesquisa brasileira já fosse reconhecida e relevante mundialmente antes da existência do CsF, é possível afirmar que o programa promoveu o aumento da visibilidade da atuação brasileira, aumentando não só a presença de estudantes e pesquisadores nas instituições acolhedoras, como também dentro das universidades brasileiras, em função do impacto institucional que o aumento da mobilidade acarretou.

⁷ Fonte: *Revista Fapesp* (2017, Junho). <https://revistapesquisa.fapesp.br/2017/06/19/experiencia-encerrada/>

A primeira ação internacionalizadora do governo brasileiro data da década de 1960. Ainda em vigor, o Protocolo do Programa de Estudantes - Convênio de Graduação (PEC-G) foi criado para conceder vagas em universidades brasileiras a estudantes estrangeiros provenientes de países com que o Brasil tem acordos educacionais e culturais (Brasil, 2015). A estratégia que privilegia países em desenvolvimento, como os sul-americanos e africanos, fortaleceu a posição geopolítica brasileira no cenário internacional. Além da busca pela adequação aos padrões internacionais de ensino e pesquisa, a universidade brasileira passou a ocupar um espaço de referência internacional na educação superior de países em desenvolvimento.

A iniciativa data de um período (décadas de 60 e 70) em que a autonomia da universidade pública se alicerçava por meio das mudanças trazidas pela reforma de 1968 e pela Lei 5540 (Fávero, 2016) que garantiu a autonomia econômica e científica das universidades públicas.

Na década de 1980, em contrapartida, esse projeto de universidade acabou ficando caro para a União custear, uma vez que os resultados trazidos pela pesquisa e para o mercado de trabalho ainda eram baixos, em razão da pequena parcela populacional a que atendiam. As universidades já apresentavam uma elevada qualidade de ensino, mas, pela quantidade limitada de vagas, o acesso à universidade pública e gratuita ficava ao alcance de uma pequena elite de alunos provenientes de escolas privadas. Dessa forma, para promover uma universidade que se baseasse no tripé: ensino, pesquisa e extensão, como sugeriam os documentos oficiais, e ampliar a produção científica, era preciso ampliar as oportunidades educacionais e garantir o acesso à Universidade. Por isso, na década seguinte, duas ações governamentais - urgentes - foram estimuladas: a ampliação de vagas e a busca pela qualificação das pesquisas em âmbito nacional e internacional (Laus, 2012) para responder às demandas internas e à competitividade internacional.

Para alcançar os parâmetros de produção e qualidade científica internacionais, o governo dos presidentes Fernando Collor de Mello/Itamar Franco (1990-1994) e Fernando Henrique Cardoso (1995-1998/1999-2002) priorizaram ações tangentes ao ensino superior, no intuito de reformar a educação do topo para a base. Para tanto, adotaram uma agenda liberal de desenvolvimento, que privilegiou o avanço tecnológico e científico produzido na academia (Cunha, 2003).

Como ressalta Knobel et al. (2020), as estratégias brasileiras de inserção da universidade no cenário internacional são, historicamente, atreladas a planos desenvolvimentistas do governo federal. Ou seja, se confundem e se tornam responsáveis pelo desempenho econômico do país.

Como consequência, com uma maior autonomia tanto curricular como estrutural, e com um controle baixo de avaliação de qualidade, o setor privado ampliou a oferta de vagas no ensino superior, o que influenciou as outras instâncias da Educação. Assim, o fim do século XX terminou marcado pelo aumento do acesso à educação básica, pela ampliação da formação profissional, pela ampliação da oferta de vagas nas universidades e por políticas mais concretas para a internacionalização do ensino superior.

No início do século XXI, as ofertas na esfera pública se ampliaram com a emergência dos programas de expansão e distribuição das universidades. Durante a “era PT” (de 2003 a 2016) nos mandatos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e no primeiro mandato da presidente Dilma Rousseff (de 2011 a 2014) foram criadas 18 novas universidades federais, programas de inclusão e ações afirmativas que garantiram uma maior distribuição de oportunidades educacionais. Dentre os programas criados estão o Programa Universidade para Todos (ProUni), o aperfeiçoamento do Programa de Financiamento Estudantil (Fies)⁸, o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), Sistema de Seleção Unificada (Sisu), além da

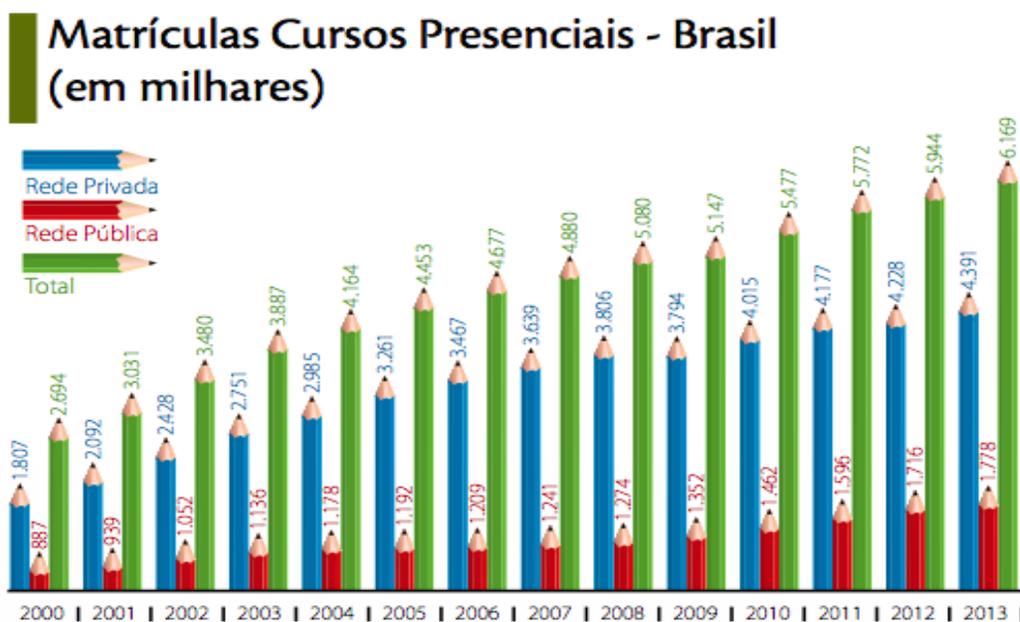
⁸ O FIES foi criado em 2001, no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso. No governo Lula passou por mudanças como a diminuição da taxa de juros e aumento do percentual financiável.

emergência das modalidades de ensino superior a distância, como Universidade Aberta do Brasil (UAB) e das políticas de cotas que resultaram na democratização do acesso à universidade (Barros, 2015).

Vale ressaltar que no Brasil o setor privado é o maior responsável pela formação superior. A maior diferença entre os governos Collor, FHC e a era PT (2003 - 2016) é que os governos petistas ampliaram consideravelmente as universidades públicas e ações afirmativas em prol do acesso à Universidade (pública e privada), mas o setor privado ainda é o que mais cresce e mais forma alunos a nível superior. Conforme demonstra o Gráfico 1.

Gráfico 1

Número de matrículas em cursos presenciais no Brasil de 2000 a 2013



Fonte: Sindata / Semesp | Base: Censo INEP

A ampliação das políticas de acesso à universidade (pública e privada) possibilitou a internacionalização da educação superior brasileira. Neste cenário, alguns projetos governamentais emergiram no setor: a ampliação da oferta de doutorados-sanduíche, a criação do Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior (Promisaes), o desenvolvimento do intercâmbio acadêmico no Mercosul e a criação das universidades com vocação internacional. De modo mais detalhado, o Promisaes é um programa de auxílio financeiro aos alunos estrangeiros do PEC-G que garante a permanência destes estudantes na universidade. Enquanto os doutorados-sanduíche são intercâmbios em instituições estrangeiras durante o doutoramento possibilitados por meio de parcerias entre as universidades com que o Brasil possui acordos bilaterais. A estratégia ajuda no desenvolvimento da pesquisa nacional e diminui a fuga de cérebros ao exterior e os custos públicos relativos a esse tipo de bolsa (Schwartzman, 2009). Sobre as ações voltadas para o Mercosul, enquadram-se os intercâmbios promovidos entre os países do bloco, ampliando a ação brasileira na esfera regional.

Outra ação importante foi a criação das universidades com vocação internacional que promovem a dupla formação de alunos brasileiros e estrangeiros provenientes de países com que o Brasil tem antigos laços diplomáticos. Essa ação é possível por meio de duas universidades de

vocação internacional, ambas criadas em 2010. Uma delas é a Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA) em Foz do Iguaçu na tríplice fronteira que recebe alunos dos países latinos, e pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) que tem por objetivo fornecer formação em recursos humanos para desenvolver a integração entre o Brasil e a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

Por último, mais recentemente, a estratégia brasileira incluiu os alunos de graduação nas políticas de mobilidade estudantil, movimento inédito nas ações implementadas até os anos 2000. Por meio do programa CsF, do governo federal, os alunos de graduação puderam se candidatar a vagas de intercâmbio em universidades estrangeiras parceiras do CsF. O programa também visava conceder bolsas a pós-graduandos e pesquisadores estrangeiros interessados na produção brasileira.

Como consequência do grande número de bolsistas sendo enviados ao exterior, o baixo nível de proficiência dos alunos logo apareceu como uma barreira. Para sanar a questão, o governo federal criou o Inglês sem fronteiras em 2012 e posteriormente expandiu para outras línguas, criando o Idiomas sem Fronteiras (IsF) em 2014. A iniciativa contava com 3 frentes: provas de proficiência (TOEFL- ITP), um curso online (My English Online) e cursos presenciais em universidades públicas (federais e algumas estaduais).

Paradoxalmente, o IsF tornou-se um laboratório de formação de professores de língua estrangeira sem precedentes no Brasil. Embora as áreas de humanas tenham sido praticamente excluídas dos editais do CsF, o IsF pode ser entendido como uma estratégia de internacionalização doméstica, já que proporcionou aulas de línguas estrangeiras e formação dos alunos-professores participantes, estratégia desencadeada pela demanda do CsF (Silva, 2018).

Por fim, é possível concluir que a estratégia brasileira se volta majoritariamente para a mobilidade de pessoas (alunos, docentes e pesquisadores), seja por meio do PEC-G e pelas universidades de vocação internacional em que recebemos alunos, mas também pelo envio de estudantes por meio do CsF ao exterior. Para Lima e Contel (2008), o Brasil assume uma postura passiva de internacionalização, uma vez que envia muito mais alunos ao exterior do que recebe, e portanto, ocupa a posição de comprador de serviços educacionais (Knobel et al., 2020) diante do imperativo global constituído pelas universidades que dominam os processos de acolhimento de alunos estrangeiros, como é o caso dos países do hemisfério norte, americanos e europeus. O que é compreensível para os autores, uma vez que o Brasil "demorou a fundar os pilares de uma cultura acadêmica nos moldes dos países que se consagraram na recepção de acadêmicos" (Lima & Contel, 2008, p.22), em outras palavras, o Brasil demorou a desenvolver e divulgar sua pesquisa e ensino de forma sólida e atraente, além de não ter se estruturado internamente para receber alunos estrangeiros.

O Ciência sem Fronteiras

Lançado durante o primeiro mandato da presidente Dilma Rousseff, por meio do decreto nº 7.642, de 13 de dezembro de 2011, o CsF é resultado de uma iniciativa do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e do Ministério da Educação (MEC), por meio de suas respectivas instituições de fomento – CNPq⁹ e Capes –, e Secretarias de Ensino Superior e de Ensino Tecnológico (Brasil, 2016) e tem por objetivo “estimular o avanço da ciência nacional em tecnologia, inovação e competitividade, por meio da expansão da mobilidade internacional” (Brasil, 2016).

De maneira mais direcionada, vejamos os objetivos específicos do Programa, de acordo com o art. 2º do decreto que o institui (grifos nossos):

⁹ Cnpq: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico; Capes: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

- I–promover, por meio da concessão de bolsas de estudos, a formação de estudantes brasileiros, conferindo-lhes a oportunidade de novas experiências educacionais e profissionais **voltadas para a qualidade, o empreendedorismo, a competitividade e a inovação em áreas prioritárias e estratégicas para o Brasil;**
- II – ampliar a participação e a mobilidade internacional de estudantes de cursos técnicos, graduação e pós-graduação, docentes, pesquisadores, especialistas, técnicos, tecnólogos e engenheiros, **pessoal técnico-científico de empresas e centros de pesquisa e de inovação tecnológica brasileiros**, para o desenvolvimento de projetos de pesquisa, estudos, treinamentos e capacitação em **instituições de excelência no exterior;**
- III – criar oportunidade de cooperação entre grupos de pesquisa brasileiros e estrangeiros de universidades, **instituições de educação profissional e tecnológica e centros de pesquisa de reconhecido padrão internacional;**
- IV – promover a cooperação técnico-científica entre pesquisadores brasileiros e pesquisadores de **reconhecida liderança científica** residentes no exterior por meio de projetos de cooperação bilateral e programas para fixação no País, na condição de pesquisadores visitantes ou em caráter permanente;
- V–**promover a cooperação internacional na área de ciência, tecnologia e inovação;**
- VI – contribuir para o processo de internacionalização das instituições de ensino superior e dos centros de pesquisa brasileiros;
- VII – propiciar maior visibilidade internacional à pesquisa acadêmica e científica realizada no Brasil;
- VIII – contribuir para o aumento da **competitividade das empresas brasileiras;** e
- IX – estimular e aperfeiçoar as pesquisas aplicadas no País, **visando ao desenvolvimento científico e tecnológico e à inovação.** (Brasil, 2015, pp. 14-15)

Em outras palavras, sob responsabilidade da Capes e CNPq, o programa promoveu intercâmbios acadêmicos de alunos, professores e pesquisadores, sob o objetivo de qualificar capital humano como estratégia para o desenvolvimento da pesquisa e da economia nacional. O programa visava enviar os alunos brasileiros às “instituições de excelência no exterior” e receber “jovens talentos” no Brasil (BRASIL, 2015). Conforme os trechos salientados acima, o programa tinha bem definido privilegiar a pesquisa técnico-científica e a inovação tecnológica, promover a competitividade e empreendedorismo, ou seja, o programa era de mobilidade acadêmica e de cunho educacional, mas também contemplava o setor empresarial, tal qual observamos no item VIII do decreto.

Visando a excelência e a qualificação, as vagas eram distribuídas por meio de editais, que priorizavam alunos de graduação com bom rendimento no ENEM, em olimpíadas nacionais, participantes de iniciações científicas e com bom desempenho acadêmico, enquanto os alunos das pós-graduações precisavam ser aceitos nas universidades estrangeiras antes de concorrerem às bolsas do CsF.

Todos, entretanto, deveriam apresentar proficiência em língua estrangeira que estudariam e enquadrar-se nas áreas prioritárias do programa, as quais eram: Engenharias e demais áreas tecnológicas; Ciências Exatas e da Terra; Biologia, Ciências Biomédicas e da Saúde; Computação e Tecnologias da Informação; Tecnologia Aeroespacial; Fármacos; Produção Agrícola Sustentável; Petróleo, Gás e Carvão Mineral; Energias Renováveis; Tecnologia Mineral; Biotecnologia; Nanotecnologia e Novos Materiais; Tecnologias de Prevenção e Mitigação de Desastres Naturais; Biodiversidade e Bioprospecção; Ciências do Mar; Indústria Criativa (voltada a produtos e processos

para desenvolvimento tecnológico e inovação); Novas Tecnologias de Engenharia Construtiva; Formação de Tecnólogos (BRASIL, 2016).

Entre os deveres dos bolsistas estavam: a obrigatoriedade de cumprir o programa de estudos definido/disponibilizado pela universidade acolhedora, responsabilizar-se em utilizar o benefício recebido em prol do intercâmbio (uma vez que a bolsa era paga antes da saída do bolsista do Brasil), devolver o benefício em caso de desistência e escrever um relatório de prestação de contas ao fim do período de intercâmbio descrevendo as atividades realizadas.

Conforme o exposto, as áreas humanas e sociais não aparecem entre as áreas prioritárias do programa, o que demonstra que para o CsF, desenvolver a "ciência nacional em tecnologia, inovação e competitividade" significa desenvolver apenas as áreas de conhecimento técnico-científico e de inovação tecnológica (Lastres & Ferraz, 1999) responsáveis pelo desenvolvimento econômico.

Em 2012, primeiro ano em funcionamento, o programa concedeu 17.702 bolsas de intercâmbio para alunos de diferentes níveis: graduação, pós-graduação e jovens talentos de países estrangeiros em intercâmbio no Brasil. Três anos após o seu início, em 2016, das 101 mil bolsas estipuladas pelo CsF em seu lançamento, 92.880 já haviam sido concedidas. O maior destaque se dá nas bolsas de graduação sanduíche, a estimativa era de conceder mais bolsas para a pós-graduação, no entanto, enquanto os números da graduação chegaram a 73.353 bolsas, ou seja, 78,9% das bolsas disponibilizadas, a pós-graduação contou com 19% das bolsas concedidas. A proposta inicial era 43.290 bolsas ou 57,7% do total (Brasil, 2016).

Algumas hipóteses podem ser levantadas para a mudança de estratégia do CsF, como falta de candidatos aptos ou a falta de proficiência em língua estrangeira para realizar um intercâmbio. O fato é que com essa mudança de foco, o CsF se constituiu como o programa brasileiro que mais enviou alunos de graduação ao exterior (Borges & Garcia-Filce, 2016). Vejamos a Tabela 1 como o descritivo das modalidades e quantidade de bolsas implementadas:

Tabela 1

Distribuição de bolsas implementadas pelo CsF, por modalidade, até jan. 2016

Modalidade	Número de bolsas
Graduação sanduíche	73.353
Doutorado sanduíche	9.685
Pós-doutorado	4.652
Doutorado	3.353
Pesquisador visitante especial	775
Mestrado	558
Atração de jovens talentos	504
Total	92.880
Graduação sanduíche	73.353

Nota: Fonte: Chaves & Castro, 2016, p. 130.

Das várias modalidades contempladas pelo CsF, as bolsas foram distribuídas da seguinte forma entre as áreas prioritárias do programa¹⁰:

Tabela 2

Distribuição de bolsas implementadas por área prioritária, até jan. 2016

Área Prioritária	Número de bolsas
Engenharias e demais áreas tecnológicas	41.594
Biologia, Ciências Biomédicas e da Saúde	16.076
Indústria Criativa	8.061
Ciências Exatas e da Terra	7.361
Computação e Tecnologias da Informação	5.694
Produção Agrícola Sustentável	3.197
Biotecnologia	2.039
Fármacos	1.879
Biodiversidade e Bioprospecção	1.342
Energias Renováveis	1.000
Não informado	873
Ciências do Mar	813
Nanotecnologia e Novos Materiais	697
Petróleo, Gás e Carvão Mineral	678
Novas Tecnologias de Engenharia Construtiva	566
Tecnologia Aeroespacial	431
Tecnologias de Prevenção e Mitigação de Desastres Naturais	260
Formação de Tecnólogos	183
Tecnologia Mineral	136
Total	92.880

Nota: Fonte: Chaves & Castro, 2016, p. 131.

Ainda em uma análise mais qualitativa dos dados disponibilizados pela Capes, das universidades acolhedoras, apenas três países receberam a metade de todas as bolsas concedidas até janeiro de 2016, esses países são: Estados Unidos, Reino Unido e Canadá, que receberam 30%, 11% e 8% dos bolsistas, respectivamente (Chaves & Castro, 2016). Os destinos mais escolhidos são os países mais ricos e desenvolvidos, como os pertencentes ao G7 (Estados Unidos, Alemanha, Canadá, França, Itália, Japão e Reino Unido) seguido de países como Austrália, Espanha e Portugal. Prova disso é a tabela abaixo que expõe os 15 primeiros países favoritos na distribuição de bolsas do CsF em que não aparece nenhum país asiático, africano ou latino-americano. Assim, os dados evidenciam a preferência dos alunos pelos países ricos do norte e a hegemonia da língua inglesa na mobilidade estudantil.

¹⁰ No começo do programa, algumas bolsas foram concedidas a estudantes de outras áreas (humanas e sociais), que não as prioritárias, inseridas dentro da área “indústria criativa”.

Tabela 3*Distribuição de bolsas implementadas por país de destino – os 15 primeiros - até jan. 2016*

País de destino	Número de bolsas
Estados Unidos	27.821
Reino Unido	10.740
Canadá	7.311
França	7.279
Austrália	7.074
Alemanha	6.595
Espanha	5.025
Itália	3.930
Portugal	3.843
Irlanda	3.387
Holanda	2.289
Hungria	2.134
Brasil	1.276
Bélgica	632
Suécia	547

Nota: Fonte: Chaves & Castro, 2016, p. 132.

Em setembro de 2015 as bolsas foram congeladas para a graduação e em abril de 2017 foram extintas. O programa passou a conceder apenas bolsas de pós-graduação nas áreas prioritárias, mediante a aceitação prévia da universidade estrangeira, até serem extintas em 2019 no governo Bolsonaro. Na prática, entretanto, a pesquisa e a ciência brasileiras vêm sofrendo cortes que impedem a formação e manutenção dos cientistas e de suas pesquisas. No governo de Jair Bolsonaro (2019-2022), o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações (MCTIC) sofreu um corte 42% no orçamento, e o Ministério da Educação, 24,7% apenas em 2019 (SBPC, 2019). Assim, não sabemos quantos pesquisadores conseguem ter acesso a esse financiamento, já que o governo mencionado não tem priorizado o setor e os dados não são divulgados de forma clara.

O que o CsF Trouxe à Tona sobre a nossa Educação e Ciência

Apesar do CsF ter sido lançado no governo da presidente Dilma em 2011, o programa tem ligação ainda com o governo Lula, presidente até 2010, período em que a economia cresceu e o governo petista viu espaço para uma agenda social. Apesar do primeiro mandato do presidente Lula (de 2003 a 2007) ter dado poucos indícios de políticas de proteção social, em 2008, diante da crise internacional que fez com que a agenda liberal perdesse força (Fagnani, 2011), o governo começou a tomar as primeiras ações em direção a uma mudança. E, no segundo mandato, “o crescimento voltou a ter destaque na agenda do governo. Houve articulação mais positiva entre as políticas econômicas e sociais. A melhoria do mundo do trabalho e das contas públicas abriu espaço para a ampliação do gasto social” (Fagnani, 2011, p. 45).

Em outras palavras, em 2011, a economia brasileira ocupava a sexta posição entre as maiores economias do mundo (Gimenez & Passoni, 2016), o poder de compra se ampliava, a faixa que corresponde à classe média se alargava em função da valorização do salário mínimo e da formalização dos empregos, o que se transformou em um cenário perfeito para ampliar os direitos universais sem desvincular-se das aspirações liberais, afinal o mercado nacional mantinha-se em alta.

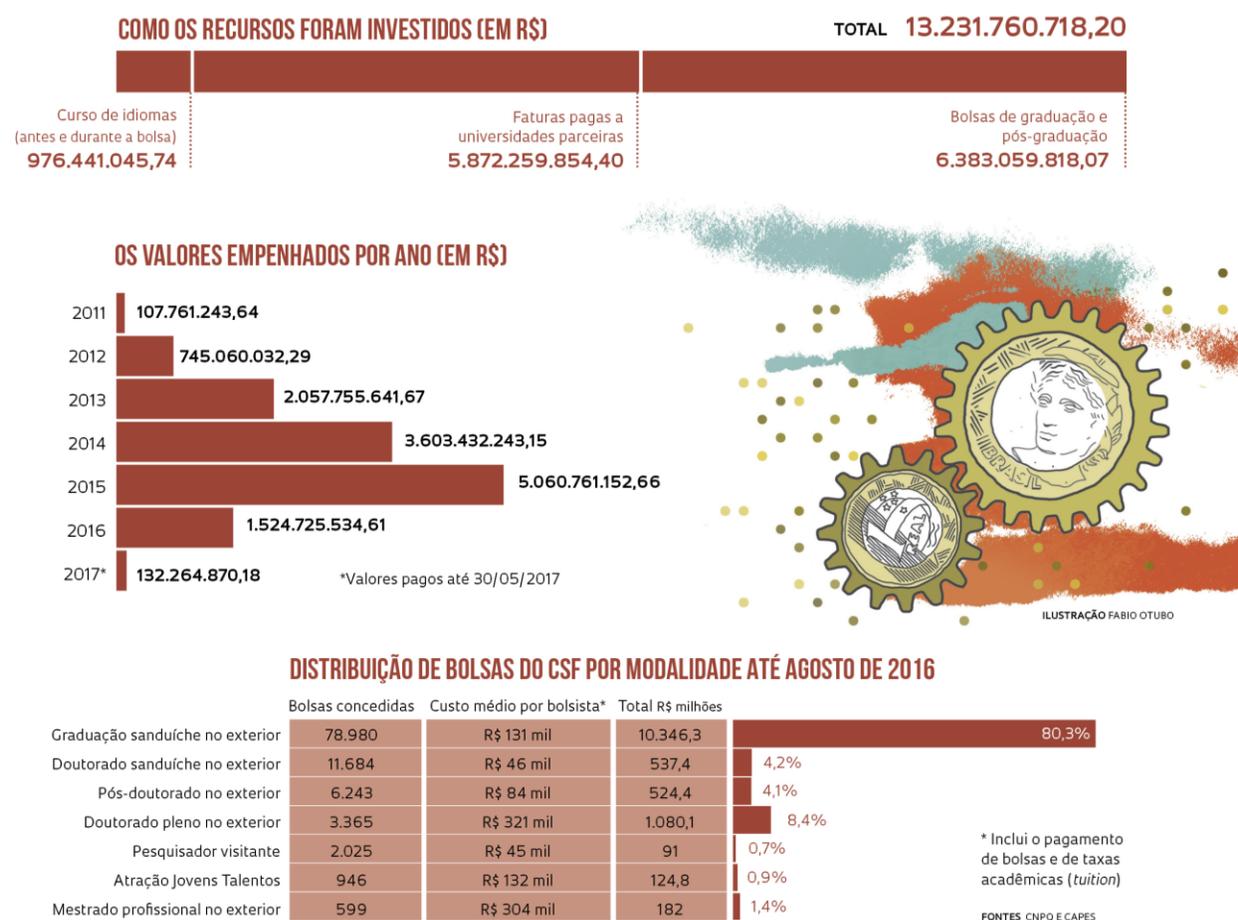
Voltado para o âmbito educacional, o governo Lula foi responsável pelo encerramento da Desvinculação de Receitas da União (DRU) da Educação, o que fez com que, desde 2009, os desvios de verbas da educação para outros fins se extinguissem progressivamente até 2011 (Moreira, 2011), garantindo que o dinheiro fosse gasto apenas com o orçamento educacional. No mesmo contexto, construiu 13 novas universidades e criou programas de acesso à universidade (ProUni, Reuni), deixando ao governo da presidente Dilma um legado promissor em termos financeiros e de apreciação social frente aos principais beneficiados por essas políticas.

No governo Dilma entretanto, diante da queda do crescimento econômico, a agenda social do governo começa a ser questionada, trazendo à tona uma tensão que existe desde a redemocratização conquistada após a ditadura com a constituição de 1988, em que dois planos de governo disputam o poder. Aquele proposto pela constituição de um Estado de Bem-Estar e o outro, neoliberal, posto em prática em todos os governos desde então.

Frente a essa tensão e à crise política, a presidente é derrubada em 2016 e os programas propostos em seu governo passam a ser questionados e deslegitimados, dentre eles, o CsF. Longe de ser um debate sobre a eficiência de um programa educacional/científico, a crise política e econômica que se agravava abria espaço para críticas aos gastos (e não mais investimentos) do governo. O CsF gastou 13 bilhões em 6 anos de programa, como discrimina a Figura 1.

Figura 1

O custo do Ciências sem Fronteiras



Fonte: Revista Fapesp

Apesar do esforço do programa em se alinhar a uma agenda neoliberal de desenvolvimento internacional e da tentativa de qualificar a ciência brasileira, não é possível afirmar que a oferta de mobilidade discente garantiu tal resultado, tampouco que o programa constituiu uma política inovadora, já que historicamente a inserção internacional do Brasil se deu pela mobilidade estudantil (Knobel et al., 2020).

No que tange a proficiência em língua estrangeira, o programa evidenciou nossa dificuldade em formar alunos proficiente em língua estrangeira, especialmente em inglês, língua falada nos países que mais receberam alunos do CsF. Como exemplifica Finardi (2019), a ausência de políticas linguísticas que garantissem o ensino de inglês em todos os anos da escola básica, propiciou a oferta ampla de cursos de inglês em escolas privadas de idiomas. Como resultado, a formação em língua estrangeira é acessível para aqueles que podem custear os estudos. Para Borges e Garcia-Filice (2016), o método de seleção dos bolsistas por meio do nível de proficiência, sem garantir o ensino, exime o Estado do papel de provedor de educação e transfere aos indivíduos a responsabilidade pelo êxito de sua formação. É por isso, inclusive, que o IsF teve grande importância e demanda nos últimos anos do CsF.

Por último, se observarmos as ofertas abertas pelo Brasil a alunos estrangeiros em comparação com àquelas buscadas pelo CsF é possível ver uma discrepância entre os programas. No PEC-G, as vagas disponibilizadas são para os cursos de Letras, Comunicação Social, Administração, Ciências Biológicas e Pedagogia, uma vez que a iniciativa visa fornecer formação em recursos humanos. Nas duas últimas décadas, o programa recebeu 7.048 alunos entre os anos de 2000 a 2016 (Brasil, 2017)¹¹.

No caso do CsF, as áreas prioritárias do programa eram áreas tecnológicas e exatas, as ditas “ciências duras”. Segundo Knobel et al. (2020) esse design do CsF demonstra o alinhamento do programa a uma noção hegemônica e desenvolvimentista do governo brasileiro. Enquanto o Brasil busca a formação internacional promovida pelos países desenvolvidos para ampliar a ciência e a economia brasileira, também reforça “a dominação do conhecimento no centro hegemônico do capital e a relação de dependência científica e tecnológica das demais regiões periféricas do capital” (Chaves & Castro, 2016, p. 135), repetindo a estratégia de países semiperiféricos, que em geral priorizam a a mobilidade para países centrais (Prolo et al., 2019).

Conclusão

Em busca de competitividade na economia global, países em desenvolvimento apostam na formação internacional como chave para o desenvolvimento local de suas tecnologias e pesquisas. Enquanto o trabalho braçal e a produção de bens de consumo seguem mantidos pelas nações mais pobres, as nações ricas, que já ocupavam posições privilegiadas no advento da globalização, controlam os processos de inovação tecnológica e de difusão por meio das práticas de internacionalização (da educação, da economia).

Sob o mito de formação intelectual e difusão cultural, essas nações ampliam seu poder, seus mercados, aumentam seus lucros e em troca divulgam o conhecimento, técnicas e a ideia de identidade cultural que lhes convém. A título de exemplo, temos os países de língua inglesa, que movem a indústria do conhecimento ocidental, disseminam suas visões políticas e culturais acerca de temas globais - por meio da indústria criada ao redor do ensino de inglês.

Desse modo, a internacionalização da educação superior no século XXI traz benefícios políticos (Nye, 2004), benefícios sociais e culturais como consequência, mas o fenômeno está

¹¹ Fonte: <http://www.dce.mre.gov.br/PEC/G/historico/introducao.php>.

atrelado a políticas de cunho (neo)liberal, e, portanto, atrelado a um mercado autorregulado, que privilegia uma noção hegemônica de produção de conhecimento dos países centrais (Chaves & Castro, 2016, Knobel et al., 2020), majoritariamente, dos países do hemisfério norte e anglófonos, acarretando na correlação entre conhecimento e geração de riquezas.

O CsF trouxe grande visibilidade para as universidades brasileiras e possibilitou especialmente a mobilidade discente. Impulsionou a agenda do ensino de línguas e chamou a atenção dos brasileiros para a universidade, o que pode ser interessante, já que a universidade tem dificuldades históricas de divulgar suas ações para além de seus muros.

No tocante à pesquisa, enquanto o mundo lucra com a internacionalização liderada pelo setor privado, no Brasil as universidades brasileiras envolvidas na produção científica nacional são em grande medida financiadas pelo Estado e por meio dos órgãos de fomento como a CAPES, CNPq e FAPESP. Programas de mobilidade como o CsF, não necessariamente colaboram para o avanço da pesquisa brasileira, mas certamente nos colocam na posição de compradores de serviços educacionais (Knobel et al., 2020).

Por último, o CsF foi amplamente criticado por conta do valor investido e por ter financiado cursos de língua estrangeira aos estudantes, como se não fosse uma obrigação ou parte de um projeto de desenvolvimento, quando na verdade o CsF pagou a dívida social de um país que deseja internacionalizar-se mas não construiu alicerces sólidos em aspectos fundamentais na formação de seus pesquisadores como o domínio de uma língua estrangeira.

Por não ser o recorte de nossa pesquisa e metodologia, não podemos afirmar se o programa foi um bom ou mau investimento em termos de resultado. Para isso teríamos que traçar critérios para mensurar o retorno. O que podemos inferir, entretanto, é que o valor investido foi voltado para promover ações nunca vistas, e que a descontinuidade de políticas públicas de tamanha magnitude como essa que aqui apresentamos mostra que a falta de planejamento e as interferências políticas nos projetos impedem que haja efetivamente a concretização de resultados em longo prazo, como se esperaria nesse caso. Se a presença internacional dos estudantes brasileiros de graduação se fez evidente por alguns anos, ela também pode ter sido rapidamente esquecida.

Referências

- Altbach, P. G., & Knight, J. (2007). The internationalization of higher education: Motivations and realities. *Journal of Studies in International Education*, 11 (3-4), 290-305.
<http://journals.sagepub.com/doi/pdf/10.1177/1028315307303542>
- Barros, A. S. X. (2015, junho). Expansão da educação superior no Brasil: Limites e possibilidades. *Educação Social*, 36(131), 361-390.
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302015000200361&lng=en&nrm=isoBrasil. Portal Ciência Sem Fronteiras. (2011).
<http://www.cienciasemfronteiras.gov.br/web/csf/o-programa>
- Brasil. (2011). Decreto nº 7.642, de 13 de dezembro 2011. Presidência da República.
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7642.htm
- Brasil. (2014). A democratização e expansão da educação superior no país 2003 – 2014. Ministério da Educação; Secretaria de Ensino Superior.
http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16762-balanco-social-sesu-2003-2014&Itemid=30192
- Brasil. (2015). Relatório N° – CCT. Avaliação De Políticas Públicas: Comissão De Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. *Programa Ciência sem Fronteiras*. Ministério da Educação; Secretaria de Ensino Superior. <http://www6g.senado.gov.br/busca/?q=ml->

- co201511320&ordem=relevancia&colecão=Projetos%20e%20Mat%C3%A9rias%20 %20D
ocumentos
- Brasil. (n.d.) *O programa*. [Portal Ciência sem Fronteiras].
<http://www.cienciasemfronteiras.gov.br/web/csf/o-programa>
- Borges, R. A., & Garcia-Filice, R. C. (2016). A língua inglesa no Programa Ciência sem Fronteiras: Paradoxos na política de internacionalização. *Interfaces Brasil/Canadá*, 16(1), 72–101.
<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/interfaces/article/view/7516/5615>
- Chaves, V. & De Castro, A. M. D. A. (2016, maio). Internacionalização da educação superior no Brasil: Programas de indução à mobilidade estudantil. *Revista Internacional de Educação Superior*, 2(1), 118-137. <http://ojs.fe.unicamp.br/ged/RIESup/article/view/7531>
- Cunha, L. A. (2003). O ensino superior no octênio FHC. *Educação & Sociedade*, 24(82), 37-61.
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302003000100003&lng=en&nrm=iso
- De Wit, H. (2011). *Trends, issues and challenges in internationalisation of higher education*. Hogeschool van Amsterdam, Centre for Applied Research on Economics and Management.
<http://www.yieldopedia.com/paneladmin/reports/49f924b8e497fc0b88e9893772eccd4c.pdf>
- Durham, E. R. A. (2010, dezembro). Política educacional do governo Fernando Henrique Cardoso: Uma visão comparada. *Novos estudos - CEBRAP*, 88, 153-179.
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002010000300009&lng=en&nrm=iso
- Fagnani, E. A. (2011, novembro). Política social do Governo Lula (2003-2010): Perspectiva histórica. *Revista SER Social*, 13(28), 41-80.
http://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/5621
- Fávero, M. de L. de A. (2006). A Universidade no Brasil: Das origens à Reforma Universitária de 1968. *Educar em Revista*, 28, 17-36. <http://revistas.ufpr.br/educar/article/view/7609>
- Fávero, M. de L. de A., & Passoni, T. (2016). English as a lingua franca and the internationalization of higher education in Brazil. In: K. Finardi (Org.), *English in Brazil: Views, policies and programs* (pp. 173-190). EDUEL.
- Finardi, K. R. (2019) Internationalization and multilingualism in Brazil: Possibilities of content and language integrated learning and intercomprehension approaches. *International Journal of Educational and Pedagogical Sciences*, 13, 656-659.
- Knight, J. (2008). *Higher education in turmoil: The changing world of internationalization*. Sense Publishers.
- Knobel, M., Lima, M. C., Leal, F. G., & Prolo, I. (2020). Desenvolvimentos da internacionalização da educação superior no Brasil : Da mobilidade acadêmica internacional à institucionalização do processo na universidade. *ETD - Educação Temática Digital*, 22, (3), 672–693.
<http://doi.org/10.20396/etd.v22i3.8659332>.
- Lastres, H. M. M., & Albagli, S. (1999). Introdução. In: H. M. M. Lastres & S. Albagli (Orgs.), *Informação e globalização na era do conhecimento*. (pp. 7-26). Campus.
- Lastres, H. M. M., & Ferraz, J. C. (1999). Economia da informação, do conhecimento e do aprendizado. In: H. M. M. Lastres & S. Albagli (Orgs.), *Informação e globalização na era do conhecimento* (pp. 27-57). Campus.
- Laus, S. P. (2012). *A internacionalização da educação superior: um estudo de caso da Universidade Federal de Santa Catarina*. [Tese de Doutorado em Administração, Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia]. <http://www.adm.ufba.br/pt-br/publicacao/internacionalizacao-educacao-superior-estudo-caso-universidade-federal-santa-catarina>

- Leal, F. (2020). *As bases epistemológicas dos discursos dominantes de internacionalização da educação superior no Brasil*. [s.l.] Universidade do Estado de Santa Catarina.
- Lima, M. C., & Contel, F. B. (2008). Características atuais das políticas de internacionalização das instituições de educação superior no Brasil. *Revista E-Curriculum*, 3(2), <http://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum/article/view/3202/2124>
- Moreira, J. D. D. (2011). *Estratégias de redução da pobreza e das desigualdades no Brasil*. [Dissertação de Mestrado em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento, Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro]. <https://www.ie.ufrj.br/pos-graduacao-j/pos-graduacao-em-politicas-publicas/dissertacoes-e-teses.html>
- Nye Jr., J. S. (2004). *Soft power: The means to success in world politics*. Public Affairs.
- IEE. OPEN Doors 2019. (2019). <https://www.iie.org/Research-and-Insights/Open-Doors/Data>.
- Prolo, I., Vieira, R., Lima, M. C., & Leal, F. (2019). Internacionalização das universidades brasileiras: Contribuições do Programa Ciência sem Fronteiras. *Administração e Pesquisa (RAEP)*, 20(2), 1-27.
- Ribeiro, G. F. (2006). Afinal, o que a organização mundial do comércio tem a ver com a educação superior?. *Revista Brasileira de Política Internacional*, 49(2), 137-156. <http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v49n2/a08v49n2.pdf>
- Schwartzman, S. (2009). Nacionalismo versus internacionalismo en las políticas de formación de recursos humanos de alto nivel. In: S. D. Aupetit & E. Gérard (Eds.), *Fuga de cerebros, movilidad académica, redes científicas. Perspectivas latinoamericanas* (pp. 1-11). IESALC-CINVESTAU-IRD. http://www.iesalc.unesco.org.ve/index.php?option=com_content&view=article&id=1786:documentos-basicos&catid=194&Itemid=746
- Silva, T. G. (2018). *Inglês para quem?: as implicações do Programa Inglês sem Fronteiras no processo de internacionalização da educação superior brasileira*. [Dissertação de Mestrado em Linguagens, mídia e arte, Centro de Linguagem e Comunicação, Pontifícia Universidade Católica de Campinas]. <http://tede.bibliotecadigital.puc-campinas.edu.br:8080/jspui/bitstream/tede/1107/2/TALITA%20GUIMAR%C3%83ES%20DA%20SILVA.pdf>
- Sindicato Das Mantenedoras De Ensino Superior. (2015). *Mapa do ensino superior no Brasil*. <http://convergiacom.net/pdf/mapa-ensino-superior-brasil-2015.pdf>.
- SINTER/UFSC. (2015). *Transmissão online - Seminário Ciência sem Fronteiras Graduação*. <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/133420>
- Sociedade Brasileira Para o Progresso da Ciência (SBPC). (2019). *Cortes no orçamento da ciência brasileira são destaque na imprensa internacional*. <http://portal.sbpcnet.org.br/noticias/cortes-no-orcamento-da-ciencia-brasileira-sao-destaque-na-imprensa-internacional/>.
- UNESCO. (1998). *Declaração Mundial sobre Educação Superior no Século XXI: Visão e ação*. <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Direito-a-Educa%C3%A7%C3%A3o/declaracao-mundial-sobre-educacao-superior-no-seculo-xxi-visao-e-acao.html>

Sobre os Autores

Talita Guimarães da Silva

Pontifícia Universidade Católica de Campinas

tgs.talita@gmail.com

ORCID: (<https://orcid.org/0000-0001-7828-4056>)

Mestre em Linguagens, Mídia e Arte pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Graduada em Letras pela Universidade Estadual de Campinas.

Tarcisio Torres Silva

Pontifícia Universidade Católica de Campinas

tarcisio.silva@puc-campinas.edu.br

ORCID: (<https://orcid.org/0000-0001-9347-7585>)

Professor pesquisador do Centro de Linguagem e Comunicação da PUC-Campinas. Docente do mestrado em Linguagens, Mídia e Arte. Doutor em Artes Visuais pela Universidade Estadual de Campinas com período de estágio no departamento de Estudos Culturais, Goldsmiths College, Universidade de Londres.

arquivos analíticos de políticas educativas

Volume 29 Número 129

4 de outubro 2021

ISSN 1068-2341



Este artigo pode ser copiado, exibido, distribuído e adaptado, desde que o(s) autor(es) e *Arquivos Analíticos de Políticas Educativas* sejam creditados e a autoria original atribuídos, as alterações sejam identificadas e a mesma licença CC se aplique à obra derivada. Mais detalhes sobre a licença Creative Commons podem ser encontrados em <https://creativecommons.org/licenses/by-sa/4.0/>. *Arquivos Analíticos de Políticas Educativas* é publicado pela Mary Lou Fulton Teachers College, Arizona State University. Os artigos que aparecem na AAPE são indexados em CIRC (Clasificación Integrada de Revistas Científicas, España) DIALNET (Espanña), [Directory of Open Access Journals](#), EBSCO Education Research Complete, ERIC, Education Full Text (H.W. Wilson), PubMed, QUALIS A1 (Brazil), Redalyc, SCImago Journal Rank, SCOPUS, SOCOLAR (China).

Sobre o Conselho Editorial: <https://epaa.asu.edu/ojs/index.php/epaa/about/editorialTeam>

Para erros e sugestões, entre em contato com Fischman@asu.edu

EPAA Facebook (<https://www.facebook.com/EPAAAPE>) Twitter feed @epaa_aape.